



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA – UEPB  
CAMPUS I CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA - DF**

**EDILMA GUIMARÃES PEREIRA**

**A FILOSOFIA NO ENSINO MEDIO: da saída ao retorno**

**CAMPINA GRANDE- PB  
2016**

**EDILMA GUIMARÃES PEREIRA**

**A FILOSOFIA NO ENSINO MEDIO: da saída ao retorno**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de licenciatura em filosofia.  
Orientador: Prof. Dr. Valmir Pereira.

**CAMPINA GRANDE  
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

P436f Pereira, Edilma Guimarães  
A filosofia no ensino médio [manuscrito] : da saída ao retorno  
/ Edilma Guimaraes Pereira. - 2016.  
23 p.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filosofia) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.  
"Orientação: Profa. Dra. Valmir Pereira, Departamento de  
Filosofia".

1. Filosofia 2. Educação 3. Ensino Médio 4. Currículo I.  
Título.

21. ed. CDD 100

## EDILMAGUIMARAES PEREIRA

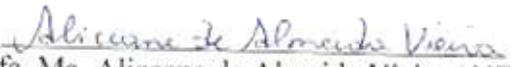
### A FILOSOFIA NO ENSINO MEDIO: da saída ao retorno

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de licenciatura em filosofia.  
Orientador: Prof. Dr. Valmir Pereira.

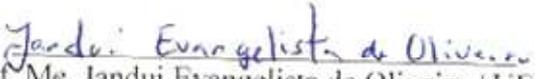
Aprovado em 25/05/2016.



Prof. Dr. Valmir Pereira / UEPB  
Orientador



Prof. Ma. Aliceane de Almeida Vieira / UEPB  
Examinadora



Prof. Me. Jandui Evangelista de Oliveira / UEPB  
Examinador

## **DEDICATÓRIA**

A Deus pela força e pela coragem, de concluir mais uma etapa dos meus estudos, pois em meio as dificuldades, que foram muitas, pensei em desistir, mas, só que tu me mostrasses a capacidade de pensar as estratégias de executar os planos, para que tudo desse certo no final. Obrigada!

## AGRADECIMENTO

A *Deus* por ter abençoado os caminhos trilhados durante todo tempo em minha vida

A *meus pais* por me ensinarem o que é a vida e incentivo no caminho da educação;

A *meu esposo* pela paciência nas ausências, que por muitas vezes tive que dar atenção só aos estudos;

As *minhas irmãs* e o meu irmão que direta ou indiretamente me incentivaram a concluir o curso. Obrigada!

A Universidade Estadual da Paraíba, especialmente ao *Departamento de Filosofia* pela disposição de sempre ajudar quando precisei. Obrigada!

Ao professor *Orientador Valmir Pereira* pelo apoio e a paciência de orientar o conhecimento e ter sido flexível as realidades e dificuldades que enfrentei durante o curso. E a banca examinadora pela disposição. Obrigada!

Aos colegas do curso e em especial a *Vilmara Barbosa da silva*, pela paciência e colaboração cotidiana nesta caminhada. Às vezes desmotivada, me encorajavam, e compartilhavam o saber, foi bom dividir e compartilhar o saber e experiência com todos. Obrigada!

As *minhas primas* Claudinéa e Claudia que foi através delas que consegui ingressar na Universidade.

“É lícito afirmar que são prósperos os povos cuja legislação se deve aos filósofos”. Aristóteles

## **Sumário**

INTRODUÇÃO.....	9
1 -A FILOSOFIA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA.....	10
2- SAÍDA DA FILOSOFIA DO ENSINO MÉDIO.....	13
3 NECESSIDADES DE RETORNO DA FILOSOFIA COMO DISCIPLINA BRIGATÓRIA.....	17
CONCLUSÃO.....	21
REFERÊNCIAS.....	23

## A FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO: da saída ao retorno

Edilma Guimarães Pereira<sup>1</sup>

**RESUMO:** O artigo trata da filosofia no ensino médio: da saída ao retorno, desta maneira pretendemos conhecer os motivos da sua saída e a necessidade do seu retorno no currículo. A filosofia teve sua importância em cada período histórico, além de viver as prepotências dos regimes políticos, sem perder sua característica contestadora, crítica e reflexiva sobre a realidade. A abordagem será feita na perspectiva histórica, sem, no entanto, abrir mão da perspectiva teórica e reflexiva presente em cada contexto social e político. Assim, inicialmente será apresentada a filosofia no contexto histórico desde o período colonial, a partir da chegada dos Jesuítas no Brasil e seu significado na formação da elite, depois a abordagem dará ênfase no período pós 1964 com o regime político da ditadura militar, e alguns motivos que levaram a filosofia a sair do currículo e seu retorno ao ensino médio. Assim, fica claro que a filosofia caminhou frente aos obstáculos que passaram na história da educação no Brasil e os impasses de cada sistema político.

**Palavras-Chave:** Filosofia. Educação. Saída. Retorno

### 1 INTRODUÇÃO

Ao tratar da filosofia no ensino médio, nos preocupamos em fazer uma abordagem histórica e como se desempenhou a disciplina nos períodos históricos do Brasil, da saída ao retorno aos currículos do ensino médio, investigando esses momentos para dar sentido a pesquisa, visto a necessidade de conhecer os motivos da reestruturação curricular que excluiu a filosofia.

Iniciaremos com uma abordagem histórica, embasada no período colonial enfatizando como era a educação e o que ela significava para o povo com ênfase no século XV, com a chegada dos portugueses que aparentemente trouxe traços do ensino de Portugal. Nesse período a filosofia traz a marca da religião católica vivida pelos portugueses, e aplicação dos métodos pedagógicos da *Ratio Studiorum*.

Abordaremos a saída da filosofia do ensino médio colocando alguns motivos que fizeram a filosofia sair do currículo, como a implantação do ensino tecnicista baseado

---

<sup>1</sup> Aluna de Graduação em filosofia pela Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.  
Email: [egpereira.filo@gmail.com](mailto:egpereira.filo@gmail.com)

na lei Nº 5. 692/71, LDB, (lei de Diretrizes e Bases da Educação) que na época controlava o rumo da educação aos interesse do regime militar pós-golpe militar 1964. E a real “necessidade de retorno da filosofia como disciplina obrigatória”, ocorrida somente anos 80 pela lei reformulada, lei Nº 9.394/96, fortalecida pela pedagogia libertadora trazida por Paulo Freire, defendia a necessidade de uma postura crítica e conscientizadora da educação em geral.

A realização da pesquisa desenvolveu-se através de pesquisa bibliográfica por meio de livros e artigos, analisando os impasses que passou a filosofia em cada período histórico. De certa forma, concluímos que a filosofia saiu do currículo e teve sua volta em contrapartida a uma visão equivocada da elite Brasileira em se preocupar apenas com o crescimento econômico. Além disso a filosofia foi utilizada com distintas finalidades pelos regimes políticos que viveu o país, mas não perdeu seu caráter contestador da realidade.

## **1 -A FILOSOFIA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA**

No Brasil pré-descobrimento era caracterizado pelo modo de produção primitivo em que “tudo era feito em comum visando à satisfação das necessidades imediatas e vitais da coletividade, os homens produziam sua existência em comum e se educavam neste próprio processo” (SAVIANI, apud. ZOTTI, 2004. p.13). A educação era mantida por uma tradição codificada e os ensinamentos eram indígenas e considerados empíricos, passados de geração para geração, não havendo instituição, muito menos escola. A escola era o lar e o mato e os homens educavam nesse processo a geração mais nova.

Em meados do século XV, com a chegada dos portugueses ao Brasil, trouxeram consigo uma cultura marcada pela lógica Aristotélica assinalada pelo espírito e o tempo aos objetivos da formação religiosa pautada pelo catolicismo, por meio de catequese. Praticamente toda cultura pré-descobrimento foi modificada e o modelo de produção não era mais primitivo, pois foi se instaurando o modelo de produção mercantil da Europa.

Os portugueses implantaram novos valores, costumes, profundamente marcados por uma religião católica, berço de toda uma cultura portuguesa. A educação passa para a responsabilidade dos jesuítas e nesse sentido, “colonização e catequese confunde-se e

fundem-se. Colonizar significa também a imposição de uma ideologia dominante, em que além de colonizar a terra, era necessário colonizar as consciências” (ZOTTI, 2004, p.14).

Os jesuítas foram os responsáveis por esse processo de colonização, pregavam suas doutrinas, seus dogmas e seus princípios morais e sua espiritualidade que aprenderam na Europa com os estudos feitos com base em Aristóteles. Assim, havia nos jesuítas esse desejo de implantar e pregar tudo que aprenderam na Europa, além de tudo era o caminho mais fácil para essa dominação, algo novo, bonito e atraente. Sabe-se que o principal objetivo dos colonos portugueses era explorar as riquezas, pois as condições das terras Brasileiras davam disponibilidade para o lucro e a expansão do comércio na Europa, e os indígenas serviam como mão-de-obra.

Depois viram a necessidade de criarem unidades políticas que controlassem todo o sistema. Foi assim que investiram em escolas, criaram colégios, igrejas etc, a exemplo do colégio das Artes, a universidade de Coimbra. Embora voltado só para a elite, o ensino era destinado ao latim e filosofia e com isso os jesuítas assumiram todo o controle da instrução pública que durou até a metade do século XVIII tendo como representante padre Manoel da Nóbrega, o primeiro idealizador cristão de um espírito democrático universalizador e brasileiro de onde se derivou a filosofia da Educação, primeiro na Universidade e depois no nível médio, embora com traços religiosos e espirituais.

Em suma, “[...] a filosofia, tal como até agora a entendi e vivi, é a vida voluntária no gelo e nos costumes - a busca de tudo o que é estranho e questionável no existir, de tudo o que a moral até agora banuiu”. (NIETZSCHE, apud GALLO, 2012.), e também tudo aquilo que a moral criou, e fez com que todos acreditassem que a vida tinha sentido através de um posicionamento moral religioso. Nóbrega deixou seu legado nesse lado da filosofia, expressando que pela fé se conseguia viver bem.

Dessas considerações históricas pode-se perceber o porquê o ensino de filosofia no Brasil Colônia se deu por mais de dois séculos. O ensino nessa época se propagou sobre a referência da *Ratio Studiorum*, normas e estratégias publicados em 1599. Trata-se de um método pedagógico criado pela companhia de Jesus, os jesuítas, que era estabelecido o que e como ensinar e o perfil da filosofia numa missão educativa religiosa, baseado numa cultura européia que ignorava as necessidades e realidades e interesse do povo brasileiro. O método de ensino nos colégios jesuítas, valorizava a retórica deixando de lado a reflexão crítica e no currículo estavam presentes, literatura, filosofia e teologia.

Como as artes e as ciências da natureza preparam a inteligência para a teologia e contribuem para a sua perfeita compreensão e aplicação prática, e por si mesmas concorrem para o mesmo fim, o professor, procurando sinceramente em todas as coisas a honra e a glória de Deus, trate-as com a diligência devida, de modo que prepare os seus alunos, sobretudo os nossos, para a teologia, e acima de tudo os estimule ao conhecimento do Criador (COMPANHIA DE JESÚS, apud CERQUEIRA, 2011 p.172)

No Brasil, haviam quatro graus de ensino, *o curso elementar* (escola de ler, escrever e contar, mais a doutrina religiosa católica); *o curso de nível secundário*; presente na *Ratio Studiorum* com as demais disciplinas humanísticas, *o curso de artes* (também chamados de ciências naturais ou filosofia;), *o curso de teologia* (nível superior), a filosofia nesse período tinha duas vertentes e seu conteúdo era baseado nos estudos de Aristóteles afirmando seu caráter propedêutico. O ensino ficou dividido, por um lado de caráter religioso doutrinador, pelos jesuítas, por outro privilégio político dominante dos portugueses.

Os jesuítas foram os responsáveis pela educação no Brasil do século XV ao XVIII, são expulsos de Portugal no ano de 1759 em contrapartida por uma reforma feita em Portugal pelo Marques de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Mello), ministro de D. José I. Nesse período o Estado passa a orientar os rumos da educação, a escola deixa de servir os interesses da fé católica para se útil ao Estado, essas reformas tiveram por objetivo a recuperação econômica de Portugal e o avanço na educação, “mas a remodelação dos métodos educacionais vigentes, pela introdução da filosofia moderna e das ciências da natureza em Portugal (CARVALHO, apud, ZOTTI, 2004, p.25).

Com as reformas pombalinas regidas por Sebastião José de Carvalho e Mello (1699-1782), o Marques de Pombal, a educação toma outros rumos, quebrando a ligação que tinha com o catolicismo e a missão jesuítica, tornando livre o caminho para explorar a mão-de-obra dos indígenas e integrá-los como escravos para explorar a terra nas atividades agrícolas e depois mineradora. A intenção de pombal não era propagar a educação, mas através dela promover o crescimento de Portugal, por meio da urbanização, do sistema de produção e do comércio. Não existia um projeto de educação para o Brasil, pois as disciplinas e as aulas tinham um caráter formador moderno para a elite masculina, línguas modernas, como latim e o estudo das ciências. Essas eram as características do século do iluminismo, exaltando a razão e as ciências experimentais e as técnicas, ou seja, rompe a idéia que tinha sido implantada lá atrás pelos jesuítas sobre os estudos Aristotélicos, para uma visão mais detentora do

conhecimento, o que prevalecia era o científico, o uso da razão, que vem com a “filosofia moderna de Descartes, a ciência físico-matemática, os novos métodos de estudos da língua latina eram desconhecidos em Portugal” (RIBEIRO, apud ZOTTI, 2004. p. 26), os reflexos da colonização portuguesa foram caindo por terra e prevalecendo as ideias dos filósofos iluministas como René Descartes (1596-1650), Isaac Newton (1642-1727), Galileu Galilei (1564-1642) e outros. As idéias iluministas impulsionaram a filosofia moderna nas universidades e depois no ensino secundário.

## **2- SAÍDA DA FILOSOFIA DO ENSINO MÉDIO.**

A filosofia foi banida do currículo das escolas de educação básica do país por vários motivos e justificativas. Um dos principais motivos foi a reforma tecnicista do ensino e a redução drástica das disciplinas humanísticas de modo geral tanto do ensino superior quanto do ensino médio e fundamental, fruto de um processo de fechamento político iniciado com o golpe militar de 1964, assegurado pela lei de N°5. 692/71.

Na época da ditadura e da ideologia profissionalizantes do capital humano, a filosofia foi considerada subversiva e inútil. Não se desejava um pensamento crítico para a juventude. [...] Os melhores professores foram cassados a filosofia desapareceu dos vestibulares, as disciplinas dogmáticas e ideológicas trataram de preencher o espaço antes aberto à discussão crítica. (CEPERGS, apud SILVEIRA, p. 34, 2009).

Muito já se discutiu sobre as razões que teriam levado o afastamento do ensino da filosofia no ensino médio. Na opinião de alguns, seria a “ameaça” que o ensino da filosofia passou a significar dentro do nosso contexto sócio-político-econômico vigente, pois a disciplina era lecionada nas classes “terminais do clássico e do científico” (GALLO, 2012, p. 178) como disciplina no plano reflexível e crítico, mesmo em meio a arrogância dessa reforma, visto que ela foi implantada sem nenhum apoio popular, de modo ditatorial por um único interesse de implantar a ideologia profissionalizante e gerar lucro para a elite. Retirar a filosofia da sala de aula se tornou uma segurança para o regime militar, pois para eles poderia atrapalhar a organização escolar.

A filosofia não perdeu seu caráter contestador, pois houve aqueles que se levantaram contra a essa determinação, principalmente os professores e muitos foram caçados e presos. Mesmo assim, o fato é que a filosofia acabou retirada do ensino médio pela reforma nele empreendida pela Lei 5.692/71. Para que a população entendesse o

que acontecia e acatasse, criaram caminhos para essa conquista, a doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND) que era o principal suporte ideológico do regime civil-militar instalado no Brasil em 1964, responsáveis pelas mudanças provocadas por este regime na educação.

Essa doutrina foi criada dentro do regime para reforçar essa ideologia, e mostrar para a população que a filosofia não se mostrava adequada, era subversível e inútil como o nome mesmo revela, doutrina de segurança nacional. O povo era induzido a acreditar nos argumentos propostos, e por trás disso abriria caminho para assegurar a eficácia do caráter totalitário e econômico.

Essa ideologia de que o melhor para os setores populares é conseguir uma formação mais rápida, ligada de modo muito direto ao mundo do trabalho, é o aspecto mais forte, e talvez um dos mais perversos, do corpo de pensamento das elites brasileiras desde o século XIX. Criou-se a cultura de que os filhos de trabalhadores não foram feitos para estudar e sim, para trabalhar. Assim, em pouco tempo de trabalho, com a disciplina em sala de aula estavam formando jovens de opiniões, o que barraria esse sistema.

A doutrina era assegurada por características e medidas governamentais importantes no âmbito da educação. Chamava a atenção e usavam como instrumento a segurança e o desenvolvimento do país, pois quem não queria segurança e desenvolvimento? Eles faziam e implantavam as leis, usavam desse instrumento para manipular e conquistar o povo. Esse era o discurso dos líderes político: segurança e desenvolvimento, lançado por Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967) em seu discurso de abertura do ano letivo nas escolas, e adotado como lema pelos governos militares que o sucederam.

A DSND deu origem ao chamado Estado de Segurança Nacional (ESN), de caráter totalitário, instituído no Brasil em 1967. Os princípios norteadores dessa doutrina geravam várias guerras ou revoluções: “guerra subversiva ou revolucionária, segurança interna ou segurança nacional, desenvolvimento econômico, política nacional, geopolítica”. (SILVEIRA, 2009, p. 56-62). As guerras eram internas só com uma parte da população e geravam pressão de natureza psicológica, social e econômica. Desta forma se justificavam prisões, torturas, exílios, cassações de direitos políticos, demissões e aposentadorias compulsórias.

Mesmo em meio ao autoritarismo, alguns professores davam aula de filosofia. No entanto, a matéria não podia constar com o nome de filosofia, passando a se

denominar de Educação moral e cívica, organização social e política do Brasil. Eram disciplinas de cunho claramente doutrinário. Educação física, Educação artística e programa de saúde seguiam a mesma direção e quem resistia ou era contra essas determinações sofriam sanções. A eliminação da disciplina de filosofia era necessária, segundo a ótica militar, para criar espaço no currículo para disciplinas mais habilitadas para realizar a estratégia com mais intensidade.

Se o interesse era intensificar o processo de acumulação do capital, a educação também deveria convergir com o mesmo objetivo, e só através da retirada das disciplinas humanísticas do currículo, inclusive a filosofia que tinha seu papel maior quanto o que estava acontecendo, em esclarecer e contestar. Para tanto foi necessário aumentar a capacidade do país de acumular mais capital, pois vivia-se uma crise financeira, e promover o desenvolvimento englobava a industrialização, o real aproveitamento da mão-de-obra e os recursos naturais, extensão da rede de transporte e o treinamento de força de trabalho especializada. Este último aspecto é fundamental para a compreensão o que promoveu as mudanças na educação resultando na lei 5.692/1971) e a conseqüente reformulação do ensino médio.

Uma parcela de culpa dessa mudança esta no acordo feito entre o (MEC-USAID), MEC (Ministério de educação e cultura) e USAID (United States Agency for International Development), ou seja, houve toda uma influência e controle dos Estados unidos (EUA) que ficou legitimado nos acordos a submissão brasileira. Em outras palavras, subordinar o sistema de ensino ao modelo econômico dos EUA, assegurando a ideologia da capacitação profissional para o mercado de trabalho foi o resultado acordado. O lema seria esse:

A missão do sistema de ensino seria formar indivíduos competentes e ajustados, capazes de se integrar ao processo de desenvolvimento econômico de forma pacífica, sem jamais perturbar seu andamento, os motivos da inclusão de disciplinas como Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil. (SILVEIRA, 2009, p.66).

Formar indivíduos competentes e ajustados de acordo com o que exigia as empresas multinacionais que viriam a se instalar no território brasileiro eram os objetivos dessas disciplinas. Com isso garantiam o crescimento da demanda de profissionais nas áreas, crescimento dos lucros e fortalecimento dos acordos. Assim, a inclusão dessas disciplinas ajudava a firmar a ideologia profissionalizante.

Com a reforma do 1º e 2º grau – Lei 5.692/1971, a estrutura estabelecida ficou da seguinte forma: a) ensino de 1º grau com duração de oito anos, voltado para a formação geral básica e a sondagem de aptidões; b) ensino de 2º grau, com três ou quatro anos de duração, destinado a formação profissional. Nesse sentido como o objetivo maior era garantir o caráter profissionalizante do ensino 1º e 2º grau, ficou recomendado nos acordos MEC-USAID, os programas de educação serem voltados para o treinamento de técnicos especializados.

O currículo ficou dividido em duas partes: uma de educação geral e outra de formação especial. A educação geral correspondia da seguinte forma: os alunos do 1º grau teriam que aprender os conhecimentos básicos obrigatórios ao território Nacional, a educação especial caberia aos alunos do 2º grau destinados as aptidões e a iniciação ao trabalho visando a profissionalização em nível médio, composto por matérias de habilidades profissionais que exigiam nos estabelecimentos comerciais. Constituíam-se uma educação voltada para o trabalho e a capacitação dos jovens,

Os empresários dizem à escola não necessitamos que os alunos que saem da escola saibam o controle de qualidade específico do que nós fabricamos: queremos que saibam o que é um controle de qualidade; nós encarregamos de adaptá-los as nossas necessidades. O que é que a escola tem que fazer, então? Deve ensinar os conteúdos próprios de um campo de trabalho específico, [...] ainda que não se ensine como uma matéria, isso sempre deve estar presente na escola. (CERLETTI, 1999, p. 152).

A escola, sempre sujeita a subordinação, não podia ser diferente naquela época. A escola teria seu papel na formação profissional dos alunos do 2º grau de forma a capacitá-los para o mercado de trabalho que para eles era a última formação. Bastaria saírem da escola sabendo manusear objetos e equipamentos com habilidades mentais e capacidades de gestão e vendas sobre o produto trabalhado. O resto os empresários adaptavam pelas necessidades internas. Era um investimento, e teria que ter retorno. Para os tecnocratas, as disciplinas humanísticas, como a filosofia, só iriam atrapalhar, pois investir dinheiro e equipamento a um currículo que ao terminar a aprendizagem não servisse para competir no mercado de trabalho perderia tempo e os objetivos traçados para o investimento da capital se perderiam.

Os jovens eram ajustados aos conhecimentos gerais das indústrias e com isso criaria um precoce espírito competitivo e mercantilista. A visão concentrada para os negócios e a exaltação do êxito individual, despistando o jovem das universidades e o sonho do curso superior foi uma estratégia eficiente naquele momento. O propósito era

que os jovens dominassem os equipamentos e fossem ágeis para produzir em grande escala. Os que não passassem nesses testes eram excluídos das empresas e nem podiam entrar na universidade, pois tinham recebido um ensino mecânico e falho, alheio as competências de chegar na universidade.

### **3 NECESSIDADES DE RETORNO DA FILOSOFIA COMO DISCIPLINA OBRIGATÓRIA**

Na época da ditadura a Filosofia foi banida das escolas públicas, mas algumas instituições particulares, ligadas à religião católica, mantiveram a disciplina em seus cursos de 2º grau. Seu retorno ao currículo do Ensino Médio ocorreu somente depois de 47 anos, fruto do final de um processo político autoritário da década de 1970 e início dos anos 80 com uma divulgação intensa da *pedagogia libertadora* criada por Paulo Freire (1921-1997) que defendia a necessidade de uma postura crítica e conscientizadora da educação em geral. Foi nesse contexto que a filosofia achou suporte e inseriu-se no debate como um dos pilares da formação da consciência crítica. Legalmente a filosofia reaparece na década de 1982, saindo como disciplina optativa, e tornando-se obrigatória pela lei Nº 9.394/96, fortalecida pela a lei de Diretize e Base da Educação.

Com a intensidade dos debates, reuniões e mesmo congressos para divulgar a pedagogia libertadora, o Ministério da Educação se achou obrigado a concordar e se preocupar com a questão e apoiar o retorno da filosofia ao ensino médio. Pode-se dizer que a filosofia voltou fortalecida numa pedagogia crítica, trazida por Paulo Freire, baseada no contexto social e cultural, ou seja, a filosofia era a porta para o mundo da cultura e dos valores perdidos na década de 1960 com o ensino profissionalizante, que deixou sequelas na educação, descaracterizando o ensino, retirando seu caráter propedêutico em troca de uma visão utilitarista entre capital e trabalho. Isso ocorreu por que o objetivo era habilitação e qualificação, pois acreditavam que se a escola trabalhasse nesse sentido, faria crescer os setores produtivos, mas as escolas não tinham estrutura e recursos necessários para que pudessem acompanhar o progresso tecnológico.

Os empresários acompanharam de perto o fracasso, viram que era mais produtivo se a escola formasse o jovem trabalhador com base em conhecimentos básicos gerais

enquanto as empresas se encarregariam de capacitar a força de trabalho. Por isso “continua assim uma dualidade: uma escola para a elite e outra para o povo” (ZOTTI, 2004. p.192). Isso ocorre por que “as classes médias e a alta não tinham a educação para o trabalho como objetivo de vida e a classe trabalhadora via na escola a possibilidade de libertação do trabalho braçal, o que não havia explícito com o ensino profissionalizante. (ZOTTI, 2004. p. 193).

A filosofia nos currículos parece definir a educação como uma formação generalista de necessidade prática com dimensão normativa, representada por um horizonte humanístico-generalista, alicerce e saída de um buraco fundo deixado pelo insatisfeito governo militar como relatado abaixo:

A reação ao afastamento e o posicionamento contrário às consequências da lei não tardaram a aparecer. Educadores e filósofos se mobilizaram e debate foi aberto nos principais centros culturais do país. discutiu-se o 2º grau profissionalizantes, as licenciaturas curtas e longas, a idéia do professor polivalente, a implantação dos estudos sociais, o afastamento da filosofia. (SIMON, apud GALLO, 1999, p.181).

Devido às intensas lutas dos educadores e mesmo dos filósofos, os debates e as discussões, a filosofia ganhou força para sua consolidação e criou-se a SEAF- Sociedade dos Estudos e Atividades Filosóficas. Isso em meados dos anos 70, para fortalecer ainda mais as ações voltadas para retorno da filosofia. Estas discussões estavam relacionadas à importância da volta da filosofia, do ensino profissionalizante, das licenciaturas em geral e do professor polivalente. Com isso, chama a atenção da sociedade sinalizando que o melhor para o ensino de 2º grau seria a volta da filosofia para os currículos. Isso se justifica pelo desenvolvimento da capacidade crítica do aluno, pela reflexão das questões cotidianas e pelo exercício da cidadania.

Outro fator que levou ao fracasso do ensino profissionalizante foi o progressivo aumento das exigências para se conseguir um emprego, pois percebia-se o grande número de capacitados para uma função só. Em consequência disso, o desemprego e o alto grau de desocupações combinado com o aumento das exigências por qualificação, culminou com a necessidade de recorrer aos cursos superiores.

Os parlamentares, a nível estadual e federal se viram obrigados a apresentar projetos de lei prevendo a volta da filosofia para o nível médio, embora sendo facultativa ou obrigatória. Nesse sentido, a longa luta estava colhendo seus frutos e em algumas secretarias estaduais, a exemplo de São Paulo, toda escola Estadual de 2º grau teria as disciplinas de filosofia, de sociologia e de psicologia. A educação tomava assim

novo rumo e ao invés de preparar recursos humanos úteis e adaptáveis, formavam mulheres e homens livres e problematizadores, pois

Embora na década de 1990 (Lei nº 9.394/96) se tenha determinado que ao final do ensino médio o estudante deva “dominar os conteúdos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania” (artigo 36), nem por isso a Filosofia passou a ter um tratamento de disciplina, como os demais conteúdos, mantendo-se no conjunto dos temas ditos transversais. (BRASIL, 2006, p.16).

Só em dezembro de 1996, foi sancionada pelo presidente da república a Lei nº 9.394/96, lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Em seu artigo 36, parágrafo 1º, inciso III, afirma que, ao final do ensino médio, os educandos devem demonstrar domínio dos conhecimentos de filosofia e sociologia, necessários ao exercício da cidadania.

Embora a conquista já tivesse sido promulgada pela LDB, Lei nº 9.394/96, no ano de 2001, precisamente no dia 8 de outubro, se instituiu um projeto de obrigatoriedade das disciplinas de Filosofia e Sociologia no ensino Médio, mas, foi recusada a ideia pelo presidente Fernando Henrique Cardoso com o argumento de não haver profissionais preparados para atuar nessa área, nem atender as questões do mercado. Em 2004 através dos dados de um concurso que teve no estado do Paraná, foi possível comprovar que esses argumentos não funcionaram, visto que o número de profissionais formados em filosofia, também não haveria elevação nos custos do estado e municípios, pois a carga horária já existente seria apenas remanejada. Em fevereiro de 2006, o Conselho Nacional de Educação analisa e dá um parecer favorável para a inclusão da filosofia nos currículos. (MENDES, apud BACCON, 2014. p.11)

Essa situação só é de fato ajustada quando em 2008, a lei 11.684/08, revê o artigo 36 da LDB e estabelece a obrigatoriedade da filosofia e sociologia nos currículos do ensino médio, embora mostre também a ambiguidade que cai o ensino de filosofia. Ou seja, para que os educandos dominem esses conhecimentos para o exercício da cidadania é preciso que o ensinado seja também vivenciado de forma sistemática e não como conteúdos soltos dentro das demais disciplinas da grade.

Mesmo que a filosofia esteja hoje respaldada na lei da obrigatoriedade é necessário ser ensinada com base nas realidades distintas, pois agregar a filosofia a uma grade sem objetivo é perder tempo e espaço, e quando se trata de ensino de 2º grau, para

que haja uma compreensão significativa é pertinente associar a filosofia à sociologia sim, e dar abertura para uma melhor explanação da disciplina na sala de aula.

Assim, rediscutir os subsídios que regem a educação, que é o caminho correto, os parâmetros curriculares, PCN, a própria LDB e a constituição federal, são fundamentais, pois estes foram criados em um regime considerado democrático. Em filosofia não se pode ensinar também qualquer coisa por ser obrigatório. Não é justo manter a disciplina em sala de aula só como um número a mais de disciplina, sem manter qualidade.

A Educação básica sempre foi voltada para informação gerais. É preciso se pensar, desde princípio nas emendas que vem tendo a LDB sobre a questão da obrigatoriedade. Lançar mão de uma lei em cumprimento a cada governo que passa no país é fácil, um sistema socioeconômico que oprime os indivíduos e não dão as condições mínimas de existência. Reside aí à justificativa para a necessidade da presença da filosofia nos currículos do Ensino Médio. Uma reflexão mais apurada e consistente em seu processo de consolidação. A necessidade da filosofia nos currículos se justifica porque ela apresenta uma forma de visão crítica do mundo, uma posição interdisciplinar.

A filosofia é um modo de pensar das pessoas, é uma postura diante dos fatos, a filosofia não se encontra como um conhecimento pronto e acabado, fechado em si mesmo, ela é antes de tudo um modo de se colocar, a busca de si mesma e a realidade, procura refletir certas posições teóricas e metodológicas.

A filosofia vai partir do que existe, da crítica, da dúvida, das perguntas, até do que não existe. Para compreender a vida, questiona as práticas científicas, técnicas, econômicas, culturais, artísticas entre outras. Segundo, (CHAUI, 1995, p. 14). A reflexão filosófica pode fazer com que nossas experiências cotidianas, nossas crenças e opiniões alcancem uma visão crítica de si mesmo. Não se trata de dizer “eu acho que”, mas de poder afirmar “ eu penso que”.

Refletir é um papel fundamental para que se exista e se faça ser a filosofia. Quando refletimos, procuramos em nós mesmos significados para os eventos que ocorrem em nosso cotidiano. A reflexão filosófica é um trabalho intelectual e pressupõem que é o pensamento do próprio pensamento. Vale lembrar que não é qualquer tipo de reflexão, essa reflexão passa por três requisitos. “ A reflexão filosófica para ser tal, deve ser radical, rigorosa e de conjunto” (SAVIANI, 1975, p.7). É desta forma o que afirma a importância e a necessidade da filosofia no nível médio.

## CONCLUSÃO

O estudo feito sobre a filosofia no ensino médio deu abertura para conhecer o processo histórico que passou a filosofia até sua consolidação como disciplina obrigatória no ensino médio brasileiro. Assim, fica claro que a filosofia caminhou frente aos obstáculos que passou a história da educação no Brasil, os impasses de cada sistema político. Por um lado, sobre o domínio dos colonizadores e jesuítas, depois pelo regime militar.

Com a decadência do regime de exploração e dominador, reina as reformas pombalinas pelos interesses do Marquês de Pombal e a filosofia se fortalece caracterizada como conhecimento que valoriza a razão, a liberdade e o pensamento, idealizado como século do iluminismo. O controle da educação não mais se submetia a igreja, mas ao Estado quem controlava e gerenciava as leis, não se tinha um projeto para educação e as disciplinas eram ministradas de acordo com os interesses interno do sistema vigente.

Em 1964, o país é alvo de um sistema político ditatorial. Nesse período se configura um sistema autoritário e subordinado de interesses particulares, que controla todo o país, inclusive a educação, que como alvo principal estava regido pela Lei 5.692/1971, que retirou a filosofia dos currículos do ensino médio devido seu poder contestador e reflexivo para dar lugar ao ensino tecnicista.

Assim, a filosofia se tornou uma ameaça ao sistema, sendo um período de muita luta, por um lado os militares e seus representantes que lutavam com seus discursos idealizadores usando o pobre como alvo, subordinando-o e usando a força de trabalho para gerar lucros para o mercado e crescimento do capital.

A filosofia por ser considerada como uma disciplina propedêutica e doutrinadora iria atrapalhar o andamento da organização de todo o sistema político. O fato é que a filosofia saiu dos currículos da educação básica e reaparece na década de 80 fortalecida pelo ideal de uma pedagogia libertadora trazida por Paulo Freire, achando suporte nesse contexto e tudo girou em torno de uma liberdade crítica. Desse modo, os sistemas políticos tiveram que aderir a realidade, criando projetos para educação nesse caminho, o que tornou a reformular leis, inclusive a LDB, Lei nº 9.394/96). Essa situação só é de fato ajustada quando em 2008, a lei 11.684/08, revê o artigo 36 da LDB e estabelece a obrigatoriedade da filosofia e sociologia nos currículos do ensino médio.

A filosofia contribuiu para educação no sentido de levar o jovem e o povo a usar de sua consciência, opinar e refletir a realidade em que estão inseridos, principalmente a própria educação que sempre esteve submissa a todos os sistemas políticos pelos quais passou no Brasil. Em sentido oposto, a filosofia tem o papel de estimular a “consciência crítica”.

Esse texto pretende ser um subsídio para a questão do ensino de filosofia, que embora esteja em processo de consolidação, pode contribuir para mudar o rumo da educação e efetivar de fato a filosofia nas instituições de ensino no Brasil.

**ABSTRACT:** The article deals with the philosophy in high school: the output to return, this way we intend to know the reasons for his departure and the need for his return in the curriculum. Philosophy had its importance in each historical period, in addition to living the bullying of political regimes without losing its disruptive feature, critical and reflective of reality. The approach will be made in historical perspective, without, however, giving up the theoretical and reflective perspective present in every social and political context. This will initially presented the philosophy in the historical context from the colonial period, from the arrival of the Jesuits in Brazil and its significance in the formation of the elite, then the approach will focus on the period after 1964 with the political regime of the military dictatorship, and some reasons that philosophy out of the curriculum and its return to high school. Thus, it is clear that philosophy walked across the obstacles that passed in the history of education in Brazil and the impasses of each political system.

**Keywords: Philosophy. Education. Output. Return**

## **REFERÊNCIA**

BRASIL. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio.** Ciências Humanas e suas Tecnologias. Ministério da educação, secretaria de Educação Básica, 2006, volume 3.

BACCON. Ana L. Pereira. **O retorno da filosofia ao ensino médio no Brasil.** 2014, XANDER SUL, Florianópolis.

CHAUI. Marilena. **Convite a filosofia.** Ed, 4ª editora Ática, 1995, São Paulo, SP.

CERLETTI. Alejandro A. **Os pressupostos pedagógicos de filosofia para criança.** Debates com Educadores. In: \_\_\_\_\_ O ensino filosófico e a reflexão sobre o presente. 1999, editora Vozes Petrópolis, RJ.

CERQUEIRA. Luiz Alberto. **A idéia de filosofia no Brasil.** Revista filosófica de Coimbra, nº 39, 2011. (Disponível em <http://filosofiabrasileira.blogspot.com> Acessado em 23/02/2016.

GALLO. Silvio. **Os pressupostos pedagógicos de filosofia para criança.** Debates com Educadores, In: \_\_ perspectivas da filosofia no ensino médio brasileiro, 1999. Editora vozes Petrópolis, RJ

SAVIANI. Dermal. **Escola e democracia:** teoria da Educação, cultura da vara, onze teses sobre educação e política, 33ª Ed, revista, campinas, autores associados, 2000.

\_\_\_\_\_ Escrito em 1973 como texto didático para alunos da disciplina de filosofia da Educação I, do curso de pedagogia-PUC/SP publicado na revista D/doto, n. I, janeiro 1995.

ZOTTI. Solange Aparecida. **Sociedade, Educação e Currículo no Brasil:** Dos Jesuítas aos anos 1980, Editora plano, autores associados, Brasília 2004

SILVEIRA. Renê José Trentin. **A filosofia e seu ensino e seu ensino:** caminho e sentidos, Org. Roberto Goto, Editora Loyola, São Paulo, 2009.

SIMON. Maria Célia. **A política da filosofia no 2º grau,** in: \_\_HUHNE, Org: Leda Miranda. **Política da filosofia no 2º grau,** Sofia/SEAF, São Paulo, 1986.